







## Editorial

  **Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega**  
Editora Chefe  
mariacristinavidotte@ufg.br

  **Thiago Henrique Costa Silva**  
Editor Adjunto  
thiagohcs@discente.ufg.br

  **Adenevaldo Teles Junior**  
Equipe Editorial  
adenevaldo.teles@discente.ufg.br

 **Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos**  
Equipe Editorial  
adriano\_vasconcelos@discente.ufg.br

  **Leandro Campêlo de Moraes**  
Equipe Editorial  
campelomoraes@discente.ufg.br

 **Marilia Araujo Caixeta**  
Equipe Editorial  
marilia.caixeta27@gmail.com

É com imensa alegria que a Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, apresenta uma nova edição de análises críticas do Direito e de suas bases teóricas.

Nesta edição, em um contexto em que direitos territoriais dos povos indígenas são ameaçados pela tese do marco temporal, a capa traz a pintura do pintor goiano Selvo Afonso, intitulada Curumim, representando uma criança indígena.

Ao tratar especialmente de direitos fundamentais e das respectivas garantias para o seu acesso, os autores aqui reunidos nos convidam para pensarmos o Direito enquanto movimento em constante (des)construção.

No texto intitulado *“Gratuidade, litigância excessiva e gaslighting: responsabilização perversa dos vulneráveis e restrição do acesso à justiça”*, Karinne Goettems dos Santos avalia os projetos de lei nº. 5900/2016 e 6160/2019 e os dados do Conselho Nacional de Justiça, que remetem ao acesso à justiça, especificamente o abarrotamento do judiciário e a ausência de critérios para o acesso à gratuidade da justiça.

Gabriela Eulalio de Lima escreve sobre *“A exploração de minérios no Brasil à luz das teorias da escolha racional e dos jogos”*, discutindo o problema da mineração e dos impactos socioambientais enquanto objetos de responsabilidade solidária entre todos os agentes (jogadores) envolvidos na exploração econômica.

Em seguida, no artigo *“Politiques brésiliennes en matière de violence de genre: politique publique, biopolitique et mesures pénales”*, Leilane Serratine Grubba discute o (in)sucesso das políticas brasileiras destinadas a reduzir a violência de gênero a partir do conceito de violência e política de gênero.

O artigo *“Fortuna, amizade e justiça na Hécuba de Eurípedes”*, escrito por Antônio Sá de Silva e Alisson Alves Santos, trata do dilema levantado na tragédia de Eurípedes, isto é, se o julgamento moral e jurídico deve ou não levar em conta a vivência das partes e do juiz.

Lucas Faria e Patrícia Borba Marchetto, autores do texto *“A judicialização da saúde em casos de transplantes intestinais e multi-viscerais à luz dos custos dos direitos”*, discorrem, à luz da dogmática jurídica, sobre as balizas para a atuação do Poder Judiciário nos casos em que envolve o direito à saúde.

Três artigos tratam de temas relacionados ao contexto pandêmico.

Marcus Firmino Santiago, em artigo intitulado *“Equilíbrio das contas públicas vs. promoção de direitos sociais: um falso antagonismo”*, delibera acerca da efetividade das políticas de austeridade fiscal e desenvolvimentistas como ferramentas para garantir a efetividade dos direitos sociais, conciliadas com o equilíbrio econômico-financeiro.

## Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

Em *“O direito de acesso à informação em tempos de pandemia: análise a partir da Medida Provisória 928/2020”*, Cleber Affonso Angeluci e Lucas da Silva Peres, versam acerca do caso da Medida Provisória 928/2020 e os limites ao acesso à informação no contexto do Estado Democrático de Direito em meio a pandemia.

Tendo em vista as experiências vivenciadas na pandemia, Bruno Bastos de Oliveira, Jefferson Germinari e Valter Moura, no artigo denominado *“Aspectos jurídicos da telemedicina: da revogação da Resolução CFM 2227/2018 à regulamentação em tempos de enfrentamento à pandemia pela Covid-19”*, debatem a pertinência da telemedicina a partir de aspectos jurídicos relevantes.

No artigo *“Categorias jurídicas do princípio da fraternidade”*, Rafael Cavalcanti Barreto e Ricardo Schneider Rodrigues empreendem uma pesquisa sobre o uso de arranjo-jurídico institucionalizado no âmbito do Poder Legislativo alagoano, em que o direito fundamental à profissionalização de adolescentes e jovens é garantido como alternativa ao ativismo judicial no Brasil e a sua utilização para a efetivação de direitos.

*“Juízo político, ideologia e utopia: elementos para a construção do imaginário jurídico”* é o artigo redigido por Leonardo Monteiro Crespo de Almeida, em que, por meio das filosofias de Hannah Arendt e Paul Ricoeur, discute o imaginário jurídico e o seu múltiplo processo de formação.

Finalizando a edição, Ramiro Castro Garcia, no artigo *“Las medidas de Pacheco: la piedra angular de la construcción autoritaria”*, em uma perspectiva historiográfica, discute a construção do autoritarismo no governo civil-militar do Uruguai a partir do decreto nº. 383/1968.

Em meio aos diálogos de desafios e esperanças, em nome dos autores que contribuíram para a existência deste número, a Revista da Faculdade de Direito da UFG convida os leitores à apreciação desta edição.

Uma boa leitura a todos e todas!

Os editores.